



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PINDARÉ-MIRIM - MA



SEXTA-FEIRA, 05 DE JULHO DE 2019 ANO III EDIÇÃO N.º 632 - Páginas 06

www.pindaremirim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de Gêneros Alimentícios e Cestas Básicas, a fim de atender as necessidades das Secretarias Municipais de Pindaré-Mirim/MA. **BASE LEGAL:** Lei 8.666/93 e alterações posteriores. **VIGÊNCIA:** Até 31 de dezembro de 2019, a contar da sua assinatura. **VALOR:** R\$ 29.188,95 (Vinte e nove mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos). **FONTE DE RECURSOS:** 02 PODER EXECUTIVO 02 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL 08 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA 08 244 0105 ATIVIDADES DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE 08 244 0105 2038 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL 3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERV. PARA DISTRIB. GRATUITA 02 PODER EXECUTIVO 02 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL 08 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE 08 243 0313 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL 08 243 0313 2296 0000 CENTRO DE REF. ESPECIALIZADO DE ASSIST. SOCIAL- CREAS 3.390.30 MATERIAL DE CONSUMO 02 PODER EXECUTIVO 02 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL 08 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA 08 244 0105 ATIVIDADES DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE 08 244 0105 2038 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL 3.390.30 MATERIAL DE CONSUMO 02 PODER EXECUTIVO 02 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL 08 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA 08 244 0314 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 08 244 0314 2297 0000 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSIST. SOCIAL- CRAS 3.390.30 MATERIAL DE CONSUMO 02 PODER EXECUTIVO 02 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL 08 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE 08 243 0315 PROGRAMA DE GESTÃO DO SUAS 08 243 0315 2303 0000 GESTÃO DO SUAS 08 243 0315 2303 0000 GESTÃO DO BOLSA FAMILIA 3.390.30 MATERIAL DE CONSUMO 02 PODER EXECUTIVO 02 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL 08 244 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE 08 244 0314 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 08 243 0314 2332 0000 SEV. DE CONV. E FORTALECIMENTO DE VINCULOS SCFV 3.390.30 MATERIAL DE CONSUMO. **SIGNATÁRIOS:** DeyJany Mayara Silva Pereira, Coordenadora de Gestão SUAS, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONTRATANTE. NiksonNedy P. Cutrim, N2 DISTRIBUIDORA & EMPREENDIMENTOS LTDA – CONTRATADA. 05 de julho de 2019, Pindaré-Mirim/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDARÉ-MIRIM/MA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2019

GERENCIADORA: Secretária Municipal de Saúde

DETENTORA: N2 DISTRIBUIDORA & EMPREENDIMENTOS LTDA

PROCESSO Nº 0323/2019-SEMUS

VALIDADE: Até 12 (doze) meses

No dia 05 de julho de 2019, a Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim, inscrita no CNPJ sob n.º 06.189.344/0001-77, com sede na Avenida Elias Haikel, s/n, Centro, Pindaré-Mirim/MA, neste ato, representada pela Secretária Municipal de Saúde, através de sua Ordenadora de despesas a Sr.ª Maria de Lourdes Barroso Barros, brasileira, Secretária Municipal de Saúde, CPF nº 020.307.573-06, RG 101670298-9, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas;

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 3.555/00; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 010/2019, conforme Ata realizada em 28 de maio de 2019 e homologada pela Ordenadora de Despesas;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa N2 DISTRIBUIDORA & EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.675.358/0001-57, com sede na Rua Pedro Alexandrino Costa Nº 10, segundo andar, Bairro Carecas, Viana-MA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Nikson Nedy P. Cutrim, portador(a) da Cédula de Identidade nº 798461977 SEJUSP MA e CPF nº 930.180.453-00, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame nos itens abaixo descritos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto desta Ata é a Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de Gêneros Alimentícios e Cestas Básicas, a fim de atender as necessidades das Secretarias Municipais de Pindaré-Mirim/MA, conforme especificações do Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE	VALOR UNITARIO	TOTAL
2	Arroz Integral, classe longo fino, tipo 1, embalagem contendo 1kg.	KG	1000	R\$ 3,42	R\$ 3.420,00
4	Café (fardos com 20 unid. Onde cada embalagem contém 250g)	FDR	300	R\$ 68,00	R\$ 20.400,00
5	Farinha Amarela- de mandioca natural, embalagem 1kg.	KG	1000	R\$ 2,80	R\$ 2.800,00
7	Felão Carioquinha tipo 1.	KG	800	R\$ 4,00	R\$ 3.200,00
8	Óleo de soja refinado, tipo 1 embalagem com no mínimo 900 ml.	UND	1050	R\$ 3,70	R\$ 3.885,00
10	Sardinha enlatada óleo comestível 125g caixa com 50 unidades.	CAIXA	450	R\$ 114,00	R\$ 51.300,00
11	Sardinha enlatada molho tomate 125g, embalagem com puxador caixa com 50 unidades.	CAIXA	350	R\$ 114,00	R\$ 39.900,00
12	Sal refinado iodado embalagem com 1kg.	KG	200	R\$ 0,64	R\$ 128,00
13	Macarrão espagete massa com ovos - pacote de 500 g.	UND	1700	R\$ 1,35	R\$ 2.295,00
15	Torrada Integral 160 g.	UND	900	R\$ 2,87	R\$ 2.583,00
16	Margarina com sal embalagem com 500 g.	UND	500	R\$ 3,46	R\$ 1.730,00

AVENIDA ELIAS HAICKEL Nº 11º CENTRO CEP: 65370-000 PINDARÉ-MIRIM - MA CNPJ: 06.189.344/0001-77



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PINDARÉ-MIRIM - MA



SEXTA-FEIRA, 05 DE JULHO DE 2019 ANO III EDIÇÃO N.º 632 Páginas 06

www.pindaremirim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

18	Carne moída bovina de 1ª qualidade, em embalagem de 500 g.	KG	2200	R\$ 6,90	R\$ 15.180,00
23	Molho pronto de tomate, embalagem de sachê com 340 g.	UND	300	R\$ 1,27	R\$ 381,00
26	Massa pronta p/ bolo 500g	UND	200	R\$ 2,80	R\$ 560,00
27	Vinagre caixa com 12 x 500 g.	CAIXA	300	R\$ 14,10	R\$ 4.230,00
28	Frango inteiro congelado, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente.	KG	1000	R\$ 5,90	R\$ 5.900,00
29	Costela bovina condicionada, armazenamento segundo as normas de higiene.	KG	1200	R\$ 9,59	R\$ 11.508,00
30	Flocão de Milho- Embalagens de 500 g.	KG	1300	R\$ 2,47	R\$ 3.211,00
32	Ovos (cartela com 30 unidades), branco, médio, casca poiosa, sem manchas ou rachaduras. Devem apresentar perfeito estado de conservação.	CARTELA	400	R\$ 9,40	R\$ 3.760,00
33	Extrato de tomate- embalagens alumínio de 340 g.	UND	700	R\$ 1,39	R\$ 973,00
36	Milho Verde (em conserva) – ingrediente; grão de milho verde cozidos.	UND	500	R\$ 1,43	R\$ 715,00
41	Polpa de Fruta (Sabor Acerola) embalagens de 1 kg.	KG	800	R\$ 4,50	R\$ 3.600,00
43	Polpa de Fruta (Sabor Caju) embalagens de 1 kg.	KG	800	R\$ 4,00	R\$ 3.200,00
45	Leite em pó embalagens de 1 kg embalagens de alumínio de 1 kg.	KG	1300	R\$ 17,80	R\$ 23.140,00
49	Cenoura - da espécie comum- in natura	KG	1350	R\$ 3,65	R\$ 4.927,50
57	Tomate - In natura	KG	1250	R\$ 6,10	R\$ 7.625,00
65	Melão Amarelo - In natura	KG	720	R\$ 3,35	R\$ 2.412,00
66	Batata doce - in natura	KG	720	R\$ 2,59	R\$ 1.864,80
					R\$ 224.828,30

2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

3. O órgão gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde e os participantes são a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.

4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 3.555/00, na Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

4.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

5.1. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

5.2. Compete ao órgão não participante, que aderir à presente ata os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor, em relação às obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

9. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

9.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PINDARÉ-MIRIM - MA



SEXTA-FEIRA, 05 DE JULHO DE 2019

ANO III

EDIÇÃO N.º 632 - Páginas 06

www.pindaremirim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

- 9.2. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
- 9.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.
10. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 10.1. Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 10.2. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 10.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
11. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
12. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.
13. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
15. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
16. Não cabe repactuação ou reajuste de preços registrado.
17. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

18. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:
- 18.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 18.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 18.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
19. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 19.1. Por razões de interesse público;
- 19.2. A pedido do fornecedor.
20. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

21. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante instrumento contratual, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e na Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PINDARÉ-MIRIM - MA



SEXTA-FEIRA, 05 DE JULHO DE 2019 ANO III EDIÇÃO N.º 632 Páginas 06

www.pindaremirim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

22. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de (cinco) dias úteis, efetuar a retrada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou, assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

22.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

23. Previamente à formalização de cada contratação, o (nome do Órgão) realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

24. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

26. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

27. O contrato firmado com o fornecedor terá vigência até 31 de dezembro do exercício do respectivo crédito orçamentário, a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

28. Durante a vigência de cada contrato, os preços serão reajustados na sua forma.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

29. As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas, respectivamente, nas Seções "DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO" e "DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE" do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

30. Os produtos serão recebidos na forma do item "DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO" do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

31. O pagamento dar-se-á na forma do item "DO PAGAMENTO" do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

32. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

33. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

34. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

35. A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma da Seção "DAS SANÇÕES" do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

36. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

37. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PINDARÉ-MIRIM - MA

SEXTA-FEIRA, 05 DE JULHO DE 2019

ANO III

EDIÇÃO N.º 632 - Páginas 06

www.pindaremirim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

38. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

39. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o da cidade de Pindaré-Mirim/MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pindaré-Mirim/MA, 05 de julho de 2019.

Maria de Lourdes Barroso Barros
Secretaria Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador

Nikson Nedy P. Cutrim
N2 DISTRIBUIDORA & EMPREENDIMENTOS LTDA
Detentora

